



2025

RELATÓRIO TÉCNICO

102

**Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o
SUS: para alcançar o acesso a saúde universal.**

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	102		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o SUS: para alcançar o acesso a saúde universal.		
Objeto do TC:	Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o SUS.		
Número do processo:	25000.005331-2018-02	Número do SIAFI:	
Data de início	20/03/2018	Data de término:	19/03/2028

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$60.000.000,00
TA:	2	prorrogação	R\$0,00
TA:	3	recurso	R\$137.130.000,00
Valor Total no TC:			R\$ 197.130.000,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

Área técnica	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS)		
Responsável:	Isabela Cardoso de Matos Pinto		
Endereço:	Ministério da Saúde Esplanada dos Ministérios Bloco G Brasília-DF / CEP: 70058-900		
Telefone:	(61) 3315-2224	E-mail:	isabela.pinto@saude.gov.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

Área técnica	Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde e Capacidades Humanas para Saúde (HSS)		
Responsável:	Julio Pedroza		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61) 3251-9499	E-mail:	pedrozajul@paho.org

2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação 102 tem por objetivo o “Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde para o SUS: Para alcançar o acesso e a saúde universal”. Ele vem consolidar a parceria, iniciada no ano de 2000, entre OPAS/OMS e Ministério da Saúde, através dos Termos de Cooperação (TC) nº 08, 41 e 57 (este último teve vigência até o ano de 2018). A execução destes TC demonstrou uma incidência no desenho e implementação de ações estratégicas para o desenvolvimento das políticas de Recursos Humanos na Saúde (RHS). Estes antecedentes justificaram a importância de se formular um novo projeto que permita manter e aprimorar as ações geradas pelos referidos TC e que constituem eixos que impulsionam as políticas em desenvolvimento na gestão do trabalho e da educação na saúde necessários para a implementação efetiva do SUS.

Os princípios e diretrizes constitucionais estabelecem à Saúde no Brasil como um direito a ser garantido pelo Estado e instauram o Sistema Único da Saúde (SUS) como o meio para garantir o acesso universal à saúde para a população brasileira. A construção do SUS é um processo que se constitui em uma complexa dinâmica de relação e acordo social sobre as demandas da população em saúde, os avanços técnicos científicos e as inovações em saúde, a disponibilidade orçamentária, a capacidade efetiva de gestão, entre outros elementos que em seu conjunto definem a resposta do estado às necessidades da saúde no país. O presente projeto aborda o desenvolvimento de políticas públicas de saúde que garantam a capacidade de resposta na área de Recursos Humanos para o SUS.

Os avanços do Brasil no campo de RHS têm sido impulsionados pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, do Ministério da Saúde (SGTES/MS), que é responsável pela formulação e condução de políticas nacionais de gestão do trabalho e da educação na saúde, implementadas por meio de um conjunto de programas estratégicos desenvolvidos em coordenação com os níveis estaduais e municipais, bem como, com instituições acadêmicas, de pesquisa e de desenvolvimento social, característica singular que responde a um dos princípios do SUS: a gestão descentralizada e baseada na autonomia dos diferentes níveis de gestão.

A Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação da Saúde (SGTES/MS), por meio de seus Departamentos, centram esforços para o enfrentamento de grandes desafios objetivando contribuir com a qualificação dos serviços de saúde no país, através da inserção dos trabalhadores. E estes trabalhadores devem ser bem formados, em quantidade suficiente, distribuídos equitativamente e com as capacidades adequadas, de acordo com as necessidades de saúde da população.

As políticas desenvolvidas para o campo dos Recursos Humanos em Saúde, nos últimos anos buscam assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, estabelecendo à função da gestão do trabalho e da educação a responsabilidade pelo planejamento, distribuição e qualificação dos trabalhadores, assim como, pela organização do processo de trabalho em saúde. A tendência do país é seguir investindo em estratégias de provimento, fixação e qualificação dos profissionais da saúde aliadas ao desenvolvimento de ações de educação permanente para responder às necessidades de saúde da população, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

É importante destacar que o Brasil atravessa um período marcado pela reconstrução de políticas públicas após anos de descontinuidade e restrições orçamentárias. No campo da saúde, o governo federal busca reafirmar o SUS como política de Estado, ampliando a participação social, fortalecendo a governança e garantindo financiamento estável. Há também o desafio da desigualdade regional, tanto no acesso aos serviços quanto na distribuição da força de trabalho em saúde. Além disso, a conjuntura política é caracterizada por esforços de recomposição federativa, diálogo com estados e municípios e valorização do papel do Ministério da Saúde como coordenador do sistema.

Esse cenário aponta para um esforço de reconstrução e fortalecimento da política de RHS, buscando integrar formação, qualificação, valorização e regulação do trabalho em saúde como eixos estratégicos do PNS 2024-2027 e operacionalizados pelo PTA 2024 e pelo TC 102. O desafio central é conciliar expansão e qualificação da força de trabalho com a redução das desigualdades regionais, garantindo trabalhadores valorizados, capacitados e distribuídos de forma equitativa, condição essencial para o fortalecimento do SUS.

Em janeiro, a Nota Informativa nº 6/2025-CGAES/DEGES/SGTES/MS estabeleceu critérios para a validação de profissionais na plataforma e-Gestor no âmbito do Programa Mais Saúde com Agente, focado na qualificação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de Combate às Endemias (ACE). A medida, embora tecnicamente relevante, evidencia a morosidade histórica do país na valorização desses trabalhadores essenciais, cuja atuação está intimamente ligada à resolutividade da Atenção Primária.

Na sequência, fevereiro trouxe um marco normativo com a publicação da Portaria GM/MS nº 6.638/2025, que instituiu o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e às Discriminações no Trabalho na Saúde. A iniciativa sinaliza um avanço necessário em meio à cultura organizacional do SUS, historicamente marcada por relações laborais hierarquizadas e, por vezes, violentas. No entanto, sua efetividade dependerá da real implementação das ações previstas – como a criação de comissões de diversidade e redes de acolhimento –, e não apenas da sua formalização legal.

Em março, a Portaria GM/MS nº 6.691/2025 criou a Sala de Situação e Apoio à Gestão Ágil do SUS (SAGA SUS), configurando um

salto institucional na integração entre análise de dados e tomada de decisão. Sua vinculação a temas como redes de atenção e formação especializada evidencia uma tentativa de superar o tradicional descompasso entre planejamento central e execução local. Nesse mesmo mês, foi publicado o Edital Conjunto SEIDIGI/SGTES nº 1/2025, abrindo seleção para o PET-Saúde Informação e Saúde Digital. A valorização da integração ensino-serviço-digitalização aponta para um modelo pedagógico moderno e contextualizado, mas que ainda enfrenta barreiras práticas como a infraestrutura desigual nos territórios.

O mês de maio consolidou esses esforços com dois eventos significativos: a Portaria GM/MS nº 6.930/2025, que incluiu formalmente a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) no grupo de revisão da política nacional de regulação do SUS; e a divulgação dos resultados preliminares dos projetos selecionados no PET-Saúde. A primeira ação reconhece a centralidade do trabalho e da formação na governança do sistema; a segunda, reforça o papel das instituições de ensino como coprodutoras de políticas públicas.

É importante frisar as mudanças políticas, com a nomeação de um novo titular para o Ministério da Saúde, com perfil técnico e forte articulação com o Congresso Nacional, na intenção de imprimir maior agilidade e capilaridade à agenda sanitária. Essa troca de liderança impactou diretamente a composição da equipe ministerial, incluindo a nomeação de um novo secretário à frente da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), o que resultou na reorientação estratégica da pasta. O novo comando passou a priorizar ações estruturantes voltadas à valorização dos trabalhadores do SUS, combate ao assédio institucional, integração ensino-serviço e reorganização das políticas formativas, em consonância com os princípios da equidade e da participação social.

Em suma, o primeiro semestre de 2025 representa um período de inflexão importante na gestão do trabalho e na educação em saúde, com normativas e programas que, se implementados de forma articulada e participativa, podem fortalecer a qualificação do SUS. A continuidade e a efetividade dessas políticas, no entanto, dependerão do compromisso político, do financiamento adequado e da escuta ativa das necessidades dos trabalhadores e dos territórios.

3. 1º SEMESTRE DE 2025

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

- 1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	Indicador(es)
Meta(s)	Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual
1	<p>TA3/RE1: Apoiar a instituição da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, visando à integração e ao aperfeiçoamento da relação entre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis federal, municipal e no Distrito Federal, no que se refere ao planejamento da formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde.</p> <p>1. Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada;</p> <p>2. Mecanismos de diálogo técnico político de alto nível em funcionamento;</p> <p>3. Todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde fortalecidas nas áreas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;</p> <p>4. Sistema de informação da força de trabalho do SUS integrado, descentralizado e implementado;</p> <p>5. Metodologia de monitoramento e avaliação do avanço das políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde elaborada e implementada.</p>
Descrição da(s) meta(s)	<p>1. 100% da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada;</p> <p>2. Funcionamento do sistema de informação da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;</p> <p>3. Ter espaços intersetoriais de formulação e execução da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ativos;</p> <p>4. Fortalecer as ações nas áreas de gestão do trabalho e da educação na Saúde nas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (de Saúde);</p> <p>5. Contar com uma referência nacional para o monitoramento dos avanços da política de gestão do trabalho e da educação na saúde</p>
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Observa-se avanços de forma consistente no primeiro semestre de 2025, com ações voltadas à integração federativa e ao fortalecimento do planejamento de formação, qualificação e distribuição da força de trabalho no SUS. A análise documental dos relatórios anexos, confirma que houve esforços coordenados entre o Ministério da Saúde, estados, municípios e Distrito Federal para estruturar diretrizes comuns de gestão do trabalho e da educação, alinhadas às necessidades regionais e às prioridades estratégicas do governo. É importante destacar que as ações deste primeiro semestre de 2025 estavam sendo balizadas ainda pelo PTA 2024, uma vez que, não havia consolidação do PTA 2025.

Entre os marcos do período, destacam-se reuniões da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) com gestores estaduais e municipais, nas quais foram discutidas estratégias para o planejamento integrado da oferta de cursos de qualificação profissional e a definição de parâmetros nacionais para a distribuição de especialistas no território, em sintonia com programas como o Mais Médicos Especialistas, instituído em 2025. Essas iniciativas se articularam às metas do PTA 2024, que previam ampliar a adesão de entes federados a programas de provimento e formação em serviço, contribuindo para reduzir desigualdades regionais na disponibilidade de profissionais.

Além disso, eventos realizados em parceria com a OPAS/OMS Brasil, incluindo oficinas de capacitação e seminários técnicos, serviram para alinhar experiências internacionais e boas práticas de governança do trabalho em saúde, reforçando a integração da política nacional com os compromissos regionais da Agenda de Recursos Humanos em Saúde para as Américas. As ações também se apoiaram nas diretrizes do Plano Nacional de Atenção Básica (PNAB), que reforça a educação permanente como eixo estruturante para equipes multiprofissionais.

Assim, pode-se afirmar que o progresso no primeiro semestre de 2025 foi significativo, pois consolidou bases institucionais e técnicas para a implementação da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Embora ainda persistam desafios relacionados à heterogeneidade das capacidades de gestão locais e à necessidade de maior financiamento para programas de formação e fixação, o alinhamento entre as ações programadas no PTA, as diretrizes do PNS 2024-2027 e a articulação federativa evidencia avanços concretos na construção de um modelo integrado de gestão do trabalho no SUS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

A análise documental das ações executadas evidencia avanços significativos na construção de bases técnicas para a Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. O resultado apresentou progresso relevante no primeiro semestre de 2025. As conferências estaduais realizadas, a preparação da 4ª CNGTES e a articulação federativa já consolidada demonstram alinhamento direto com os indicadores do PTA2024 e com o PNS 2024-2027, fortalecendo a governança da Política de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde e ampliando a capacidade do SUS de planejar formação, qualificação e distribuição de profissionais.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	2	TA3/RE2: Construir estratégias facilitadoras para o melhor exercício da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, na perspectiva do reconhecimento do trabalhador como agente transformador do seu ambiente de trabalho e a capacitação desses atores para o enfrentamento dos desafios do SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)		1. % de SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação e dimensionamento da força de trabalho nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS; 2. % de Gestores do SUS qualificados na área de recursos humanos para o SUS.
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)		1. Ter nas SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão do Trabalho na Saúde; 2. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, dentre eles: Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS; Regulação do Trabalho; Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP); Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS); Regulação da formação e do exercício profissional no SUS; e do Provimento emergencial (reanálise da distribuição de médicos no país).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2025, o Resultado 2 que visa “Construir estratégias facilitadoras para o melhor exercício da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, na perspectiva do reconhecimento do trabalhador como agente transformador do seu ambiente de trabalho e a capacitação desses atores para o enfrentamento dos desafios do SUS”, avançou de forma significativa, articulando ações de valorização profissional, educação permanente e fortalecimento da governança. Esclarecemos que o balizamento das ações deste instrumento estão sendo com base no PTA 2024, uma vez que, não havia sido finalizado e validado o PTA 2025.

Entre as principais iniciativas, destacam-se os processos formativos conduzidos pela SGTES voltados à qualificação de gestores e trabalhadores em saúde, com ênfase em equidade, saúde do trabalhador e regulação da força de trabalho. O lançamento de cursos e oficinas em 2025 teve como objetivo capacitar equipes multiprofissionais e preparar gestores locais para integrar a política de gestão do trabalho às demandas reais da população. Em paralelo, reuniões da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) permitiram pactuar a ampliação da adesão de estados e municípios às políticas de valorização e reconhecimento do trabalhador, reforçando o vínculo entre planejamento federativo e implementação local.

No âmbito da cooperação técnica, o Ministério da Saúde em parceria com a OPAS/OMS Brasil, apoiou na realização de seminários e missões técnicas que trataram de condições dignas de trabalho, prevenção de riscos ocupacionais e promoção da saúde do trabalhador, com destaque para encontros que integraram representantes de governos estaduais, sindicatos e entidades profissionais. Esses espaços reforçaram a visão do trabalhador como agente transformador e estimularam a criação de estratégias de apoio psicossocial, de segurança no trabalho e de reconhecimento de boas práticas laborais.

As ações do semestre alinharam-se diretamente às metas do PTA 2024, que previam o fortalecimento da política de gestão do trabalho com foco em formação, valorização e segurança dos profissionais, além da construção de ambientes saudáveis e resolutivos. Reuniões interinstitucionais promovidas pelo MS em parceria com a OPAS também

trataram da integração de experiências internacionais no campo da saúde ocupacional e da gestão da força de trabalho, garantindo que o Brasil avançasse em consonância com as prioridades do Plano Nacional de Saúde 2024-2027.

Assim, pode-se afirmar que o RE2 apresentou progresso concreto no primeiro semestre de 2025, traduzido na ampliação de ofertas de capacitação, na valorização do papel do trabalhador e no fortalecimento de instâncias de governança e cooperação. Esses avanços demonstram que a política de gestão do trabalho vem sendo implementada de forma integrada, com reflexos diretos na melhoria das condições laborais, na motivação dos profissionais e, consequentemente, na capacidade do SUS de enfrentar seus desafios estruturais.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

No primeiro semestre, foram possíveis avanços relevantes, em consonância com o que foi programado no PTA 2024. O resultado se manteve de forma moderada no primeiro semestre de 2025. Foram iniciadas a reinstalação das Mesas de Negociação Permanente do SUS, oficinas de valorização profissional e relatórios técnicos preliminares, com as duas últimas já concluídas. Esses avanços dialogam com as metas do PTA 2024 e com o PNS 2024-2027, ao promover o reconhecimento dos trabalhadores como agentes transformadores e apoiar estratégias de valorização e capacitação para enfrentar os desafios do SUS.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	TA3/RE3: Promover ações para a melhoria dos níveis de resolutividade e de qualidade dos serviços de saúde prestados à população, no âmbito do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)		1. % de Instituições de Ensino, SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação da educação nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS; 2. % de Profissionais de Saúde e Gestores do SUS qualificados na área de saúde para o SUS.
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)		1. Ter nas Instituições de Ensino, SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão da Educação na Saúde. 2. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão da Educação na Saúde, dentre eles: expansão e ocupação de vagas de graduação e pós-graduação; abertura e ampliação de vagas nos Programas de Residência em Saúde com foco nas especialidades e regiões prioritárias para o SUS; aumentar e qualificar as ofertas de tele-educação, telediagnóstico e teleconsultoria; formação técnica e processos de qualificação para profissionais de saúde; qualificar a demanda e a conteúdo dos cursos oferecidos pelas Escolas Técnicas do SUS (ETSSUS); efetivação de estratégias e ações para o aproveitamento do potencial de profissionais de saúde e gestores do SUS; e da qualificação de profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários para o SUS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2025, a análise documental evidencia que o progresso foi consistente, com a execução de atividades previstas no PTA 2024, especialmente no campo da educação permanente e da valorização de experiências inovadoras em saúde. Esses avanços refletem o compromisso em aproximar a formação e a qualificação profissional das necessidades concretas dos serviços, fortalecendo a capacidade resolutiva da rede de atenção, em especial da Atenção Primária. É importante destacar que as ações deste primeiro semestre de 2025 estavam sendo balizadas ainda pelo PTA 2024, uma vez que, não havia consolidação do PTA 2025.

Foram apresentados progressos mensuráveis quando observamos, de um lado, a expansão de ofertas formativas e debates técnicos conduzidos pelo Ministério da Saúde (MS) e, de outro, a animação de agendas de qualificação apoiadas pela OPAS/OMS. No plano nacional, o MS lançou, em março, um curso de aprimoramento em equidade na gestão do trabalho, com meta de qualificar centenas de profissionais e gestores — iniciativa que materializa a diretriz do PTA de formar em serviço para induzir mudanças no processo de cuidado e na gestão local. O MS deu início ao dimensionamento da força de trabalho no SUS, passo que, embora pertença ao campo do planejamento, sustenta a alocação pedagógica de esforços de qualificação onde o déficit de profissionais compromete a resolutividade, conectando formação, provisão e melhoria de acesso. Em paralelo, a CIT manteve o diálogo federativo e pactuou prioridades, com a 3ª reunião ordinária (março) e a 6ª reunião (junho) — esta realizada no auditório da OPAS em Brasília — reforçando o alinhamento entre União, estados e municípios para implementação das ações de educação permanente previstas no PTA e para seu monitoramento conjunto. Esses movimentos foram acompanhados, no período de janeiro a abril, por dezenas de eventos oficiais de planejamento e discussão de metas em âmbito nacional, evidenciando a ativação de rotinas de gestão que sustentam a melhoria contínua da qualidade assistencial na ponta.

Se destaca no período a implementação das ações da Carta acordo com Rede Unida, que por meio do VER-SUS Brasil na promoção de vivências nos territórios, oficinas de formação de facilitadores e seminários de integração. Essas iniciativas mobilizaram estudantes, residentes, trabalhadores e gestores em processos formativos interprofissionais, permitindo que o cotidiano dos serviços como um espaço de educação permanente. Essa prática fortalece a lógica de que a educação permanente é um instrumento estratégico de gestão, impactando diretamente a qualidade da atenção prestada. Complementarmente, a Carta acordo com a CEPESC/UERJ, visa fornecer evidências concretas de práticas exitosas implementadas em diferentes municípios, valorizando o papel transformador do trabalhador e disponibilizando experiências que podem ser replicadas e adaptadas em outros contextos.

Assim, no primeiro semestre de 2025, o resultado apresentou progresso, com entregas alinhadas às metas do PTA, seja na ampliação da formação em serviço, seja na disseminação de experiências que comprovam melhorias na qualidade do cuidado e na gestão. Apesar dos desafios relacionados à equidade territorial e à necessidade de maior institucionalização das práticas, os avanços obtidos fortalecem a coerência entre a matriz lógica do TC 102, as metas do PTA e as prioridades do Plano Nacional de Saúde 2024-2027, consolidando a educação na saúde como eixo estruturante para o fortalecimento do SUS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Apresentou avanços consistentes na relação entre as ações programadas no PTA 2024 e o alcance de seus indicadores e metas, com progresso consistente no primeiro semestre de 2025. Entre os avanços destacam-se a expansão inicial de vagas de residência em saúde, estudos demográficos em odontologia, oficinas sobre regulação da formação médica e a realização do Congresso da ABRASCO. Essas ações estão alinhadas ao PTA 2024 e ao PNS 2024-2027, contribuindo para melhorar a resolutividade e a qualidade dos serviços do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde. Nacional de Saúde.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 TA3/RE4: Constituir ações, visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS.
Indicador(es)	Meta(s)
Descrição do(s) indicador(es)	1. % de instituições ativas na Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde do Brasil. 2. % de uso do Portal de Saúde Baseado em Evidências do Ministério da Saúde.
Descrição da(s) meta(s)	1. Ter agenda sistemática de pesquisa para a tomada de decisões visando redirecionar a Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. 2. Fortalecer a produção de evidências aplicada à gestão descentralizada do trabalho e a da educação na saúde e a disseminação da produção de evidências no SUS na busca da qualificação dos processos de trabalho.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

O Resultado esperado estabelece como foco a promoção da educação em saúde, o fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas e a produção de informações e conhecimentos voltados a trabalhadores e

gestores, de modo a ampliar a compreensão sobre o direito à saúde e a qualificação dos serviços prestados pelo SUS. A análise documental da execução no primeiro semestre de 2025 mostra que houve avanços relevantes nas ações previstas no PTA 2024, ainda que acompanhados de desafios ligados à capilaridade e institucionalização dessas iniciativas. É importante destacar que as ações deste primeiro semestre de 2025 estavam sendo balizadas ainda pelo PTA 2024, uma vez que, não havia consolidação do PTA 2025.

Entre os progressos, destaca-se o papel das cartas acordo voltadas à educação permanente e à disseminação de experiências, como a Rede Unida como uma estratégia de imersão nos serviços e territórios, contribuindo para a formação crítica de estudantes e trabalhadores e para a valorização da prática cotidiana como espaço de produção de conhecimento. Da mesma forma, a Carta acordo com a CEPESC/UERJ, que visa promover o fortalecimento da produção e circulação de informações sobre práticas inovadoras desenvolvidas em diferentes municípios, ampliando a visibilidade das contribuições dos trabalhadores e gestores locais para a efetivação do direito à saúde.

Essas ações respondem diretamente às metas do PTA 2024, que previam ampliar a produção de conhecimento aplicado à gestão do SUS e promover iniciativas de educação em saúde com impacto sobre a qualidade dos serviços. Entretanto, a execução ainda enfrenta desafios, como a desigualdade regional na capacidade de adesão a projetos de educação permanente e a baixa incorporação das experiências exitosas na formulação de políticas nacionais, o que limita a tradução plena dos avanços técnicos em políticas estruturantes. Ainda assim, os produtos entregues no semestre indicam que o avanço de maneira significativa, criando bases sólidas para fortalecer a gestão e difundir práticas educativas que reforçam o caráter democrático e universal do SUS, em alinhamento às prioridades do Plano Nacional de Saúde.

No primeiro semestre de 2025, a desigualdade regional na adesão às ações de educação em saúde, com maior concentração em estados mais estruturados; a falta de recursos financeiros e humanos para garantir escala nacional e continuidade das iniciativas; e a baixa institucionalização das experiências exitosas sistematizadas, que ainda não se traduzem em políticas permanentes de gestão. Esses fatores restringem a disseminação das práticas e reduzem o impacto potencial das ações sobre a qualificação da gestão e a efetivação do direito à saúde no SUS.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração e efetivação do projeto. Importante destacar que o processo de elaboração foi discutido previamente permitindo assim que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado tem como objetivo constituir ações visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS. O projeto em curso visa fortalecer a área de Política, Planejamento e Gestão em Saúde (PPGS) compreende conhecimentos e práticas voltados ao estudo e à crítica dos processos que envolvem o planejamento, a formulação, a gestão, a implementação e avaliação de políticas, programas, sistemas, serviços e práticas de saúde. Essa área contribui também para o aprimoramento das atividades de ensino e de pesquisa, no âmbito teórico e metodológico, para a formação de quadros em Saúde Coletiva, incluindo, graduandos e pós graduandos stricto e lato sensu. Essas ações estão alinhadas ao PTA 2024 e ao PNS 2024-2027, contribuindo para melhorar a resolutividade e a qualidade dos serviços do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde Nacional de Saúde.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	5	TA3/RE5: Estabelecer mecanismos de cooperação internacional, visando à solução de problemas relacionados à formação, ao desenvolvimento profissional, à gestão e à regulação do trabalho em saúde, especialmente a solução de questões que envolvam os países do continente americano, os países de língua portuguesa e os países do hemisfério sul.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)		1. % de projetos de cooperação internacional apoiados e desenvolvidos.
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)		1. Fortalecer a participação e o intercambio do Brasil nos mecanismos de integração com agendas de gestão do trabalho e da educação na saúde. Promover a liderança técnica e o intercambio ativo do Brasil nas agendas regionais no campo de gestão do trabalho e da inovação.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

O Resultado esperado tem como foco estabelecer mecanismos de cooperação internacional voltados à formação, ao desenvolvimento profissional, à gestão e à regulação do trabalho em saúde, com ênfase na articulação entre países do continente americano, de língua portuguesa e do hemisfério sul. No primeiro semestre de 2025, a análise documental evidencia que esse resultado apresentou progresso consistente, refletindo tanto nas ações programadas no PTA 2024, quanto em agendas institucionais do Ministério da Saúde e da OPAS/OMS que reforçam a dimensão internacional da política de gestão do trabalho e da educação na saúde. É importante destacar que as ações deste primeiro semestre de 2025 estavam sendo balizadas ainda pelo PTA 2024, uma vez que, não havia consolidação do PTA 2025.

A análise documental dos relatórios, evidencia que, no primeiro semestre de 2025, houve avanços concretos no âmbito do Resultado Esperado, que trata do fortalecimento de mecanismos de cooperação internacional. As ações implementadas destacaram-se pela promoção de diálogos interinstitucionais e pela construção de estratégias conjuntas com países latino-americanos, de língua portuguesa e do hemisfério sul, com ênfase na formação e desenvolvimento profissional em saúde, além da regulação e gestão do trabalho.

No período, reuniões estratégicas realizadas tanto no Ministério da Saúde quanto na OPAS contribuíram para o alinhamento das prioridades de cooperação, possibilitando a articulação de projetos voltados à integração de políticas de educação e trabalho em saúde, em consonância com os objetivos estabelecidos no PTA 2024 e nas diretrizes do Plano Nacional de Saúde 2024-2027.

Além disso, os encontros e seminários promovidos pela OPAS em Brasília e em outras capitais, reforçaram a troca de experiências e boas práticas relacionadas à qualificação da força de trabalho em saúde. Essas iniciativas foram fundamentais para apoiar o desenho de soluções compartilhadas a desafios comuns, como a carência de especialistas em áreas críticas e a necessidade de estratégias inovadoras para fixação e valorização dos profissionais. No contexto nacional, tais esforços se integraram diretamente ao Plano Nacional de Saúde e ao PTA, contribuindo para ampliar a capacidade técnica e política da gestão do SUS, ao mesmo tempo em que projetaram o Brasil como ator relevante na cooperação Sul-Sul em saúde. Dessa forma, o progresso alcançado no semestre não apenas demonstrou avanços significativos rumo ao alcance das metas, mas também consolidou a inserção internacional das políticas brasileiras de gestão do trabalho e da educação em saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e acompanhamento das ações.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado propõe trabalhar processos técnico-políticos que exigem uma articulação internacional no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde garantindo maior sustentabilidade as intervenções e reforço da capacidade institucional, a partir da troca de experiências com outros países. As ações desenvolvidas neste período dão continuidade as ações iniciadas no primeiro semestre de 2024 posicionando a SGTES/MS nas discussões sobre a sua Força de Trabalho em Saúde e apresenta os avanços no atendimento de iniciativas importantes posto na política “Força se Trabalho em Saúde para 2030: Fortalecendo os Recursos Humanos em Saúde para alcançar Sistemas de Saúde Resilientes”. Essas ações estão alinhadas ao PTA 2024 e ao PNS 2024-2027, contribuindo para melhorar a resolutividade e a qualidade dos serviços do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde Nacional de Saúde.

6) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	6	TA3/RE6: Desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	1. Estudos e publicações elaboradas em conjunto e divulgadas.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	1. Investigações e/ou estudos de caso relacionados a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Inquéritos aplicados à amostra significativa de produção de documentos sobre as experiências e boas práticas da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Relatório anual das ações e experiências da cooperação.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	6	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2025, o progresso do resultado ficou marcado pela conjugação de ações técnicas, formações, reuniões de governança e eventos institucionais, que juntos reforçaram a capacidade de gestão do trabalho e da educação em saúde no SUS. As cartas acordo em execução ofereceram insumos estratégicos:

A SCON2024-00355 (CEPESC/UERJ) organizou e analisou experiências exitosas inscritas ao longo de 20 anos da Mostra “Brasil Aqui tem SUS”. Essa sistematização valorizou práticas inovadoras implementadas por gestores e trabalhadores municipais, forneceu um repertório de soluções replicáveis para problemas estruturais da gestão, tornando-se uma base de evidências para o aprimoramento das políticas públicas. Em paralelo, a SCON2024-00284 (Rede Unida) ampliou o alcance do VER-SUS Brasil, com vivências territoriais, seminários de avaliação e a formação de novos facilitadores, criando uma rede nacional de sujeitos preparados para articular práticas formativas, gestão e atenção. É importante destacar que as ações deste primeiro semestre de 2025 estavam sendo balizadas ainda pelo PTA 2024, uma vez que, não havia consolidação do PTA 2025

No âmbito institucional, o Ministério da Saúde, por meio da SGTES, promoveu o 2º Encontro de Gestão do Trabalho na Saúde (janeiro/2025), em articulação com o Ministério Público do Trabalho, onde foram debatidas estratégias de valorização do trabalhador e a integração entre saúde do trabalhador e gestão do trabalho. Esse espaço reforçou a dimensão da gestão participativa, aproximando atores da gestão, do controle social e das entidades representativas. Outro ponto relevante foi a transição de liderança na OPAS/OMS Brasil (fevereiro/2025), que incluiu reuniões com o Conselho Nacional de Saúde e com dirigentes do MS. Esse movimento institucional consolidou o compromisso da OPAS em alinhar suas agendas com as prioridades do PNS 2024-2027, reafirmando o lugar do Brasil como protagonista nas discussões sobre força de trabalho em saúde na região das Américas.

Adicionalmente, oficinas técnicas promovidas pela OPAS e pelo MS sobre regulação da força de trabalho e estratégias de provimento também contribuíram para o fortalecimento da capacidade gestora. Esses encontros reuniram gestores estaduais e municipais, universidades e conselhos profissionais, criando espaços de pactuação técnica que

respondem diretamente ao objetivo do RE6. A articulação de tais oficinas com os relatórios e diagnósticos produzidos pelas cartas acordo garantiu que a produção técnica não permanecesse isolada, mas fosse inserida em espaços de governança e planejamento.

Para prevenir ou superar possíveis desafios, torna-se essencial ampliar o apoio técnico e pedagógico da SGTES/OPAS a entes federativos com menor capacidade de execução, estimular redes regionais de aprendizagem e incorporar mecanismos de monitoramento que permitam avaliar o impacto direto das formações e das práticas disseminadas na melhoria da gestão e da atenção à saúde.

Assim, o progresso do resultado demonstra que as ações previstas no PTA 2024 vêm sendo executadas de forma integrada com eventos e instâncias institucionais do MS e da OPAS. Esse movimento consolidou bases sólidas para o desenvolvimento de capacidades gestoras no SUS, articulando produção de conhecimento, disseminação de boas práticas e fortalecimento de espaços de governança. Em consonância com o Plano Nacional de Saúde 2024-2027, esses avanços contribuem para consolidar a gestão do trabalho e da educação em saúde como eixo estruturante do fortalecimento do sistema de saúde brasileiro.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Apesar das dificuldades, todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Este resultado tem como objetivo desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS por meio de apoio institucional e mobilização nos territórios para implementação da política, programas e projetos em execução. A realização do apoio institucional aos estados e a mobilização dos territórios referente aos projetos e programas em implementação pela SGTES que estruturaram a política de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde tem mobilizado a participação da SGTES em eventos que tratam de importantes temas deste campo de atuação. Essas ações estão alinhadas ao PTA 2024 e ao PNS 2024-2027, contribuindo para melhorar a resolutividade e a qualidade dos serviços do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde. Nacional de Saúde.

3.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

A cooperação técnica estabelecida por meio do TC 102, em articulação com o Plano Nacional de Saúde 2024-2027 (PNS) e o Plano de Trabalho Anual (PTA/2024), representa um eixo estruturante para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu foco recai sobre a gestão do trabalho e a educação em saúde, dimensões essenciais para a garantia da universalidade, integralidade e equidade preconizadas pela Constituição Federal e reafirmadas pela Estratégia da OPAS para o fortalecimento dos sistemas de saúde. O PNS 2024-2027 explicita a necessidade de valorização da força de trabalho, do provimento de profissionais em áreas prioritárias e da ampliação da formação em saúde com qualidade e equidade. Nesse sentido, o TC 102 contribui diretamente para os seguintes eixos:

- Valorização e gestão da força de trabalho em saúde;
- Apoio ao planejamento e dimensionamento da força de trabalho, integrando informações demográficas e epidemiológicas às demandas assistenciais. Convergência com as políticas da SGES/MS que estruturam a regulação das relações de trabalho e o aprimoramento de carreiras no SUS;
- Educação e formação em saúde;
- Fomento à integração ensino-serviço-comunidade, alinhado às diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Suporte a programas estratégicos como o Mais Médicos Especialistas, que amplia a capacidade de resposta do SUS em áreas críticas, fortalecendo redes regionais e reduzindo desigualdades;
- Inovação e fortalecimento institucional; Criação de bases de dados e ferramentas digitais para monitorar a gestão do trabalho e da educação, em consonância com o movimento de transformação digital do SUS previsto no PNS. Apoio à formulação de políticas integradas com enfoque territorial, ampliando a capacidade de gestão descentralizada dos entes federativos.

Do ponto de vista das prioridades do governo brasileiro, o TC 102 responde a compromissos como:

- Redução das desigualdades regionais em saúde;
- Ampliação do acesso à atenção primária e especializada;
- Reforço das estratégias de provimento de médicos e profissionais multiprofissionais;
- Promoção de ambientes de trabalho adequados, com condições de fixação de profissionais.

No âmbito da Agenda de Cooperação da OPAS/OMS, o termo se alinha a três eixos centrais:

- Cobertura Universal de Saúde, por meio da ampliação e qualificação do acesso.
- Fortalecimento da governança e liderança em saúde, via apoio técnico à gestão do trabalho e da educação.
- Produção e uso de evidências para a formulação de políticas públicas, a partir da construção de bases de dados e da promoção da educação permanente.

Em síntese, o TC 102 configura-se como um instrumento estratégico de articulação interinstitucional, conectando prioridades nacionais com compromissos globais. Sua execução potencializa a capacidade do SUS em formar, alocar e valorizar trabalhadores da saúde, ao mesmo tempo em que reforça o papel da OPAS/OMS Brasil como parceira técnica no desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis e equitativas.

3.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A consistência técnica da cooperação entre a OPAS/BRA e MS na área de fortalecimento dos recursos humanos em saúde no país, nos últimos 20 anos, facilitou a abordagem técnica da área, permitindo interações com outras unidades e a relação com as contrapartes das três esferas de governo.

O planejamento e acompanhamento do PTA 2024 pelas equipes técnicas da SGES/MS e OPAS/BRA tem apresentado melhorias nos avanços da execução das atividades e cumprimento das metas programadas.

Segue sendo um desafio ajustar os tempos administrativos às necessidades técnicas e políticas, em referência aos processos de elaboração e revisão de TR para projetos e eventos, emissão de pareceres técnicos, entre outros aspectos que permitem a continuidade das atividades programadas.

Em todo o momento da execução se faz necessário a tentativa de agilizar o andamento dos acordos técnicos programados nos planos de trabalho. Isso implica em realizar, de forma conjunta e continuada entre SGES/MS e OPAS/BRA, uma análise aprofundada sobre a melhor forma de aplicar e de harmonizar processos e instrumentos técnico administrativos da cooperação técnica entre a Organização e a contraparte nacional.

3.4 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
----	-------------------	-------------------	--------------------------	-------------------------------

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	1	1	0	100%
2	1	1	0	100%
3	1	1	0	100%
4	2	2	0	100%
5	1	1	0	100%
6	6	6	0	100%
Total:	12	12	0	100%

3.5 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 25,885,067.73
Recursos desembolsados:	US\$ 21,906,460.92
Pendente de pagamento:	US\$ 2,199,034.90
Saldo:	US\$ 1,779,571.91